



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Registro: 2016.0000406203**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0008670-26.2010.8.26.0568, da Comarca de São João da Boa Vista, em que é apelante SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS, são apelados NATAL DOS REIS FRANCO (JUSTIÇA GRATUITA) e TOMBINI & CIA LTDA.

**ACORDAM**, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores ARTUR MARQUES (Presidente) e FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 13 de junho de 2016

**RAMON MATEO JÚNIOR**

**RELATOR**

**Assinatura Eletrônica**

Voto nº 12870

Apelação nº 0008670-26.2010.8.26.0568

Apelantes: Tombini & Cia Ltda. e Sul América Companhia Nacional de Seguros

Apelados: Natal dos Reis Franco

Comarca: São José da Boa Vista

Juiz Sentenciante: Danilo Pinheiro Spessotto

*RESPONSABILIDADE CIVIL. Acidente de trânsito. Evidenciado nos autos a culpa do preposto da ré, Tombini, pelo evento danoso, que causou lesões no autor, e provocou o falecimento de seu colega de trabalho. Sentença de procedência. Apelo da seguradora-litisdenunciada. Caracterização de danos morais, cujo valor arbitrado em primeiro grau, correspondente a R\$ 14.000,00, deve ser mantido, com juros de mora a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ). Responsabilidade da seguradora a observar os limites do contrato. Correta a condenação da seguradora nas verbas sucumbenciais, inclusive honorários de advogado, porquanto vencida nos autos. Negado provimento ao recurso.*

Natal dos Reis Franco ajuizou ação de indenização por danos morais por acidente de trânsito em face de Tombini & Cia Ltda., alegando que no dia 02 de março de 2010, por volta das 13h25min, o veículo caminhão VOLVO-400, ano 2008, placas AQM-9182, de propriedade da empresa requerida, invadiu a contramão da Rodovia SP 342, no Km 224, vindo a se chocar com o veículo FIAT FIORINO IE, ano 1997, placas CDZ-7854, no qual era passageiro. Informou que, devido a colisão, José Américo da Silva, condutor do veículo em que o autor era passageiro, sofreu *traumatismo crânio encefálico* (esmagamento de crânio), e veio a óbito no local do acidente, enquanto o autor sofreu lesões corporais de natureza leve. Noticiou que na ocasião do

acidente foi elaborado boletim de ocorrência, e instaurado inquérito policial, que culminou na ação penal n. 154/2010, para apuração dos crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa. Ressaltou que, no trecho da Rodovia onde ocorreu o acidente, a velocidade máxima permitida é de 60km/h, a velocidade em que o caminhão Volvo trafegava era de 100km/h. acrescenta que foi realizado Exame Toxicológico Dosagem Alcólica, com material colhido do falecido, José Américo da Silva, que restou negativo, o que comprova que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do preposto da ré, que foi negligente, imprudente e imperito. Sustenta que tinha muita consideração pelo falecido, seu companheiro de trabalho, ficando muito abalado psicologicamente ao vê-lo ao seu lado, lesionado e sem vida, além do medo, aflição, angústia, dor e sofrimento em se ver envolvido em um acidente, saindo lesionado. Pede a procedência da ação, para ser indenizado por danos morais.

Sul América Companhia Nacional de Seguros foi denunciada da lide.

A ação foi julgada procedente, nos termos da sentença de fls.337/348, para condenar a ré e a seguradora denunciada a pagarem, solidariamente, ao autor, indenização por danos morais na quantia de R\$ 14.000,00, atualizado a partir da prolação da sentença, com juros de mora a partir da data do evento.

Apela a denunciada. Aduz não haver atuado de má-fé; que os danos sofridos pelo autor foram oriundos de acidente, ou seja, evento inesperado, indesejado e não intencional. O fato não passou de mero aborrecimento.

Esclarece que a segurada deve responder perante terceiros pelo ato ilícito, enquanto ela (denunciada) somente responde à segurada nos limites do contrato. Busca seja afastada sua condenação, ou, eventualmente, reduzido o valor da indenização, e que os juros de mora incidam a partir do trânsito em julgado, e não do evento lesivo. Pede, ainda, seja afastada sua condenação em custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios. Pois, como não se insurgiu contra a denúncia, não cabe sua condenação à sucumbência.

Os recursos foram processados e contrariados.

É o relatório.

Voto.

Pela análise do pleito indenizatório, extrai-se que a responsabilidade civil da litisdenunciada, ora apelante, não pode ser excluída.

Seguradora que era do veículo que causou o acidente, que invadiu a contramão da Rodovia SP 342, no Km 224, estando em velocidade excessiva e incompatível para o local, provocando a morte instantânea de José Américo da Silva, e lesões corporais de natureza leve no autor, seu colega de trabalho.

No caso, a seguradora não se desincumbiu do ônus de provar a culpa exclusiva da vítima, nem, tampouco, que o evento danoso decorreu culpa concorrente.

Pelo contrário, a prova documental atesta, de forma extreme de dúvidas.

Em exame pericial realizado no âmbito criminal foi apurado que, no momento do impacto, *a traseira da carreta estava na faixa de tráfego do veículo Fiat Fiorino, em que esta o autor, tendo a colisão se dado entre a dianteira esquerda do Fiat e as rodas traseiras da carreta, sendo apurado, ainda, que a velocidade instantânea, lida no tacógrafo do Volvo era de 100km/h, enquanto a velocidade máxima permitida é de 80km/h (fl.342).*

O Policial Militar que atendeu a ocorrência (Luis Henrique Sebastião – fls. 56/58) relatou que *o reboque do caminhão 'deu um "L", invadindo a faixa contrária, ocasionando a colisão com o Fiat Fiorino.*

Ainda. O laudo complementar de fls. 237/238, do Instituto de Criminalística, apontou que *'os vestígios demarcadores do sítio de colisão se encontravam todos dentro das faixas central e direita da SP 342, mantido o sentido São João da Boa Vista – Espírito Santo do Pinhal, faixas estas destinadas ao trânsito do Fiat e do Gol, conforme fotografado.'* Concluiu: *seguramente, o Fiat Uno não adentrou a faixa de tráfego do conjunto constituído pelo cavalo mecânico e a carreta para colidir, mas a traseira desta sim é que estava sobre a faixa do meio.*

As seguras e concretas provas coligidas indicam que *"(...) o acidente ocorreu porque ao fazer a curva, em local declive, com a pista molhada, a traseira do caminhão, que transitava em velocidade superior a permitida para o local, acabou invadindo a pista de rolamento em que transitava o veículo em que o autor se encontrava, fazendo com que este colidisse contra as rodas traseiras da carreta."* (fl.242 –

excerto da sentença).

Em relação aos danos morais, irrecusável sua ocorrência. Pois, além das lesões derivadas do acidente, passou por momentos aflitivos, de medo, de abalo emocional. E, o pior, perdeu um colega de trabalho, que faleceu ao seu lado.

Nas palavras do douto juiz sentenciante, *"impossível a comprovação da dor, desespero, da aflição da alma por que passou o autor. Só quem se envolve em um acidente de veículos com vítima fatal, e perde uma pessoa querida, a ele diretamente ligado, como revelam os autos, sabe a intensidade da dor que lhe aflige."*

Quanto ao valor da indenização, como ressabido, não estabelece a lei parâmetros para sua fixação. Recomenda-se a utilização do bom senso, da moderação, sempre analisando o grau de culpa do envolvido, sem que o montante importe em enriquecimento sem causa à vítima.

Sopesando esses parâmetros, e sempre tendo em conta a razoabilidade e a proporcionalidade, irrecusável que o valor arbitrado, correspondente a R\$ 14.000,00, está adequado.

O termo inicial dos juros de mora observou o estatuído na súmula 54/STJ, nada havendo para alterar também nesse ponto.

Quanto à responsabilidade da seguradora, ora apelante, irrecusável a necessidade de observância ao limite da apólice.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

A litisdenunciada é sucumbente, razão porque deve arcar com os ônus decorrentes da derrota. Igualmente não merece reforma a decisão quanto a esse ponto.

Ante o exposto, NEGA-SE PROVIMENTO AO APELO.

RAMON MATEO JUNIOR  
Relator